


FUNDAMENTOS DA CRÍTICA LITERÁRIA HERMENÊUTICA MARXISTA DE FREDRIC JAMESON

Douglas Eduardo Correa Fernandes

Universidade Federal de São Paulo

 0000-0002-1992-5973

DOI: 10.36942/rfim.v6i1.1538

Resumo:

Este artigo analisa os fundamentos da crítica literária hermenêutica de Fredric Jameson em *O inconsciente político* (1981). Investiga-se como a dialética marxista reescreve o estruturalismo e a psicanálise, definindo a História como uma causa ausente acessível apenas via textualização. O estudo detalha os três horizontes interpretativos jamesonianos: o ato socialmente simbólico, o ideograma e a ideologia da forma. Demonstra-se como Jameson transcodifica conceitos de Lacan, Althusser, Greimas, Bloch e Frye, preservando suas validades parciais ao subsumi-los ao horizonte marxista. Conclui-se que essa operação reafirma a dimensão utópica da narrativa como resolução imaginária de contradições históricas.

Palavras-chave: Hermenêutica; Marxismo; Narrativa; Crítica literária; Teoria literária.

Abstract:

Fundamentals of Fredric Jameson's Marxist Hermeneutic Literary Criticism

This article analyzes the foundations of Fredric Jameson's hermeneutic literary criticism in *The Political Unconscious* (1981). It investigates how Marxist dialectics rewrites structuralism and psychoanalysis, defining History as an absent cause accessible only via textualization. The study details Jameson's three interpretive horizons: the socially symbolic act, the ideogram, and the ideology of form. It demonstrates how Jameson transcodes concepts from Lacan, Althusser, Greimas, Bloch, and Frye, preserving their partial validity by subsuming them into the Marxist horizon. It concludes that this operation reaffirms the utopian dimension of narrative as an imaginary resolution of historical contradictions.

Keywords: Hermeneutics; Marxism; Narrative; Literary Criticism; Literary Theory.

Resumen:***Fundamentos de la crítica literaria hermenéutica marxista de Fredric Jameson***

Este artículo analiza los fundamentos de la crítica literaria hermenéutica de Fredric Jameson en *El inconsciente político* (1981). Se investiga cómo la dialéctica marxista reescribe el estructuralismo y el psicoanálisis, definiendo la Historia como una causa ausente accesible solo a través de la textualización. El estudio detalla los tres horizontes interpretativos jamesonianos: el acto socialmente simbólico, el ideograma y la ideología de la forma. Se demuestra cómo Jameson transcodifica conceptos de Lacan, Althusser, Greimas, Bloch y Frye, preservando sus valideces parciales al subsumirlos en el horizonte marxista. Se concluye que esta operación reafirma la dimensión utópica de la narrativa como resolución imaginaria de contradicciones históricas.

Palabras-clave: Hermenéutica; Marxismo; Narrativa; Crítica literaria; Teoría literaria.

Introdução

A teoria literária contemporânea defronta-se com o desafio permanente de articular forma estética e História Política sem recair no reducionismo sociológico vulgar ou na ilusão da transparência referencial. É diante desse cenário de impasse que a obra de Fredric Jameson (1934-2024), em particular *O inconsciente político* (1981), impõe-se como marco decisivo. Ao propor uma hermenêutica que não se limita à interpretação passiva do texto, mas manifesta as condições históricas de sua possibilidade, Jameson reconfigura o estatuto da crítica. No entanto, a complexidade de sua arquitetura conceitual, que mobiliza desde a exegese medieval até o estruturalismo de Algirdas Julien Greimas e Louis Althusser, exige uma leitura rigorosa que penetre no núcleo de seu método materialista.

O presente artigo busca elucidar os fundamentos dessa crítica dialética. Da mesma maneira que vai contra as leituras que reduzem o pensamento jamesoniano a uma mera “aplicação” de dogmas marxistas à literatura¹, pretende-se demonstrar que sua

1 As críticas ao pensamento jamesoniano aparecem por diferentes perspectivas. Alguns nomes que podem ser destacados são Aijaz Ahmad, que aponta uma imposição de categorias universais sobre particularidades históricas; Robert Scholes, que identifica no autor uma “hermenêutica da confirmação”, sendo o texto literário um retificador de teses marxistas prévias; e Jonathan Culler, que questiona o imperativo de totalização histórica, sendo um fechamento dogmático as ambiguidades textuais. A crítica de Frederick Crews também acusa Jameson de um “teoricismo” que acaba por

apropriação do conceito de *causalidade estrutural* e sua reapropriação dos níveis de interpretação de Northrop Frye constituem uma resposta sofisticada tanto ao formalismo quanto ao pós-estruturalismo. Argumenta-se que a historicização em Jameson não é um retorno a uma narrativa mestra linear, mas o reconhecimento da História como *causa ausente*, uma força que, embora seja irrepresentável de maneira direta, impõe limites inexoráveis à forma estética e à simbolização. Portanto, a crítica literária jamesoniana opera como uma rearticulação dialética que tensiona a análise imanente contra a História reprimida. Essa operação manifesta-se por meio de um caráter duplo: na historicização dos próprios códigos interpretativos (metacomentário) e na análise das narrativas literárias através dos horizontes² de interpretação.

Estruturalmente, o artigo se situa a princípio no percurso teórico de Jameson até *O inconsciente político*, no movimento de transcodificação e metacomentário do estruturalismo e do marxismo ocidental. A primeira parte apresenta de maneira breve os elementos técnicos e teóricos mobilizados por Fredric Jameson, de maneira que evoque sua metodologia relacionada aos seus fundamentos. A seção subsequente aprofunda os elementos centrais que consolidam a metodologia como a causalidade estrutural, a História como causa ausente e a operação dos *três horizontes concêntricos*, ao mesmo tempo, retoma os horizontes de maneira aprofundada. Por fim, as considerações finais resgatam a dimensão utópica da crítica, elemento indispensável para compreender o marxismo não apenas como uma desmistificação, mas como recuperação da esperança coletiva.

A gênese do metacomentário

subordinar a estética à ideologia política. Embora tais críticas apontem problemas no pensamento jamesoniano, o presente artigo adota suas categorias de totalização e historicização, por sua operacionalidade no objeto aqui apresentado, sem pretender esgotar as controvérsias epistemológicas mencionadas.

- Embora nos capítulos de *O inconsciente político* operacionalizem os três horizontes através das análises de Honoré de Balzac (o ato simbólico e o realismo), George Gissing (o ideograma e o ressentimento de classe) e Joseph Conrad (a ideologia da forma e a reificação), o presente trabalho restringe-se à elucidação do capítulo teórico introdutório “A interpretação: a literatura como ato socialmente simbólico”, visando sistematizar os fundamentos metodológicos que precedem a aplicação crítica.

A construção teórica apresentada em *O inconsciente político*, não surge de maneira espontânea, mas é o resultado de um longo confronto dialético que se iniciou em *Marxismo e forma* (1971³). Nesta obra, Jameson debruça-se sobre a produção de autores fundamentais do “marxismo ocidental”, com capítulos sobre Theodor Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Ernst Bloch, György Lukács e Jean Paul Sartre. Ao fazê-lo, realiza a tarefa crucial de introduzir ao público estadunidense o “marxismo ocidental”⁴. Ao mesmo tempo, prepara o terreno para uma hermenêutica que ultrapasse as correntes teóricas predominantes. No último capítulo, intitulado: “Rumo à crítica dialética”, o autor delinea os contornos de uma hermenêutica⁵ que transcende a mera justaposição de autores, operando uma transcodificação de categorias da psicanálise e do estruturalismo para o horizonte marxista. Esse movimento crítico pode ser evidenciado em obras e produções anteriores e posteriores, como em *The Prison-House of Language* (1972) em ensaios como *Reflections in conclusion* (1977) e *Marxism and historicism* (1979), e se consolida em *O inconsciente político*⁶ de 1981, que será o centro de nosso artigo. Nessa

-
- 3 Ao longo do artigo serão mobilizadas e priorizadas as edições traduzidas para o português, sejam obras de Fredric Jameson ou de outros autores mencionados, porém a data sempre se refere à publicação original.
 - 4 Fredric Jameson dialoga criticamente com a tradição que surge em reação à Segunda Internacional e que está relacionada ao impacto da obra *História e consciência de classe* (1923), de György Lukács. Esta obra desempenha um papel essencial ao mobilizar um marxismo de inspiração hegeliana rompendo com o determinismo vigente. Embora o conceito de “marxismo ocidental” suscite controvérsias, ele é utilizado como parâmetro histórico para situar a tradição na qual Jameson se insere. Para a obra de Lukács, ver: Lukács, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018. Sobre o marxismo ocidental, consultar: Anderson, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
 - 5 Jameson irá criticar os pressupostos anti-hermenêutica de alguns leitores de Nietzsche, principalmente Derrida, e outros que seguem suas concepções, seja em *Marxismo e forma* ou em *O inconsciente político*. Em diversos momentos Jameson aponta elementos que possibilitam uma hermenêutica marxista nas obras e produções dos autores que ele mobiliza, o último capítulo não é somente uma síntese, mas uma elaboração própria acerca de uma hermenêutica marxista, mediante suas interpretações da tradição diante das discussões de seu tempo.
 - 6 As obras e ensaios mencionados apenas servem de elucidação, pois Jameson publicou outras obras e ensaios nesse período, que possuem inúmeras distinções, apesar das semelhanças. Em *Marxismo e Forma*, Jameson dedica-se a explicitar as bases do pensamento marxista do século XX e sua proposta de uma hermenêutica marxista. Em *The Prison-House of Language*, o autor apresenta uma análise crítica do formalismo russo e do estruturalismo francês. Portanto, embora haja distinções em relação aos seus objetivos, percebe-se que o percurso de Jameson está relacionado à reivindicação de uma interpretação marxista. No entanto, isso não reduz os enfoques específicos e as distinções entre as obras.

obra é possível evidenciar contornos “sistemáticos” acerca de uma hermenêutica marxista, sem abdicar dos embates abertos anteriormente com as principais vertentes teóricas da década de 1970.

Inserido no contexto intelectual norte-americano, ele se encontra em um cenário marcado pela virada linguística no ambiente filosófico e pela ascensão de várias correntes teóricas no âmbito literário, como, por exemplo: estruturalismo, pós-estruturalismo, formalismo, assim como as teorias desconstrutivistas. Em suma, Jameson está em um cenário desfavorável aos conceitos de processualidade e totalização, uma vez que as teorias privilegiam a autonomia do signo e a fragmentação do objeto. O estruturalismo, por sua vez, oferece uma contribuição decisiva ao deslocar o foco da interpretação para o sistema de signos e suas relações internas, mas o faz à custa da diacronia histórica, sendo um registro apenas sincrônico. Ao enfatizar os modelos sincrônicos e estruturas invariantes, o estruturalismo tende a uma reificação das formas culturais, tratando-as como sistemas fechados e autorreferentes. Jameson reconhece o mérito dessa abordagem, mas evidencia que ela reprime o processo histórico ao converter suas mudanças a simples variação formal. A História é dissolvida em estrutura, e a luta de classes é substituída por lógicas abstratas que não explicam nem a emergência, nem a transformação das formas culturais.

O pós-estruturalismo e a desconstrução radicalizam a crítica à representação histórica ao enfatizar a instabilidade da linguagem, a impossibilidade de referência transparente e a disseminação infinita dos sentidos. Nesse âmbito, a História tende a ser dissolvida em textualidade, tornando-se um efeito discursivo. O desconstrutivismo de Paul de Man é central para a crítica de Jameson; ao focar nas aporias da linguagem e na negação da “referencialidade” histórica, se observa a falha da linguagem em atingir o Real⁷, sendo a impossibilidade de representar a História convertida em impossibilidade de pensá-la.

7 O conceito de Real em Jacques Lacan distingue-se da realidade. Enquanto esta é uma construção mediada pelas ordens do Simbólico (linguagem) e do Imaginário (representações), o Real designa aquilo que resiste à simbolização, o núcleo inassimilável e traumático que permanece como um resíduo de toda experiência humana.

Portanto, surge uma questão norteadora para o pensamento de Fredric Jameson: como representar a História?

A resposta de Jameson a esse conjunto de impasses consiste na reformulação do próprio estatuto da História. Primeiro, é negado o “historicismo” tradicional criticado por Louis Althusser em *Ler o capital* (1965), ou seja, a História como sequência linear e empiricamente transparente pressupõe uma causalidade expressiva que reduz a forma cultural ao reflexo imediato de uma essência histórica ou econômica, uma narrativa mestra, elemento que será melhor explicitado na segunda parte do artigo. No sentido oposto, o formalismo, estruturalismo e o *New Criticism*, ao isolarem o texto de suas respectivas determinações históricas, produzem uma falsa autonomia estética que naturaliza formas socialmente produzidas.

No espírito de uma tradição dialética mais autêntica, o marxismo é aqui concebido como aquele horizonte intrascendível que subsume essas operações críticas aparentemente antagônicas ou incomensuráveis, atribuindo-lhes uma indubitável validade setorial para si mesmo, assim cancelando-as e preservando-as simultaneamente (Jameson, 1992, p. 10).

A hermenêutica marxista de Fredric Jameson emerge como resposta ao impasse teórico da representação da História, situado entre a transparência historicista e sua negação formalista. Ao reconhecer a validade parcial das principais correntes críticas de seu tempo, Jameson estabelece um diálogo crítico que as reescreve⁸ ao “horizonte intrascendível” do marxismo, por meio de um princípio metodológico de historicização e transcodificação dialética das operações interpretativas. A História é, então, concebida não como totalidade empiricamente representável, mas como causa ausente⁹: uma força estrutural irrepresentável que, ainda assim, impõe limites reais à forma estética e aos

8 É necessário distinguir dois modos de operação hermenêutica. Jameson fala de uma reescrita “fraca”, que apenas projeta uma unidade no texto ou coerência da consciência individual, que domestica suas contradições. Todavia, a reescrita “forte” defendida pelo autor não busca harmonização, mas a tradução das categorias de superfície do texto para um código interpretativo fundamental, nesse caso, o materialismo histórico que revela fissuras estruturais e a repressão histórica que acaba por constituir o inconsciente político da obra.

processos de simbolização. É nesse sentido que a incorporação e a subsunção crítica de outros códigos interpretativos dão origem ao metacomentário, entendido como uma política da interpretação que reflete sobre as condições históricas da própria leitura e possibilita uma reescritura dialética da narrativa literária, procedimento que será desenvolvido a seguir no artigo, por meio da análise da causalidade estrutural, da transcodificação e dos horizontes de interpretação que fundamentam a hermenêutica jamesoniana.

Para além do retorno ao pensamento marxista como “horizonte intranscendível”, como responder às questões cadentes e aos debates de seu meio intelectual? Como resgatar a processualidade e a totalidade? A hermenêutica marxista surge diante de uma assimilação do marxismo ocidental conjuntamente à transcodificação dos outros códigos interpretativos como o estruturalismo e a psicanálise. Para responder à fragmentação contemporânea, é necessário analisar as relações entre a passagem do individual ao coletivo, no caso cito dois exemplos centrais para Jameson que invertem esse processo. Jameson evoca a psicanálise freudiana mediada pelo pensamento de Deleuze e Guattari em *O anti-édipo* (1972). O freudismo opera em uma redução do coletivo ao individual que confina o desejo ao triângulo familiar e ao drama privado em detrimento da amplitude social e das questões históricas urgentes. Para Jameson, as inversões do coletivo ao individual são elementos centrais que precisam ser superados, ou seja, é necessária a restituição do desejo às suas dimensões coletivas. O conceito de *inconsciente político* surge desse movimento e não deve ser entendido como um repositório de traumas subjetivos, mas como espaço onde a narrativa funciona como *ato socialmente simbólico*¹⁰, o desejo busca soluções imaginárias para antinomias sociais e contradições históricas reprimidas pela consciência individual. A partir disso evidencia-se também o papel de

9 A História como causa ausente parte de uma apropriação althusseriana do pensamento de Spinoza, esse elemento é central para entender a problemática histórica e será explicitado na segunda parte do texto.

10 O ato simbólico em Kenneth Burke é compreendido como uma estratégia para a resolução de tensões individuais no plano psicológico. Ao reconfigurá-lo como ato socialmente simbólico, Fredric Jameson confere-lhe uma dimensão dialética e coletiva: a obra literária torna-se uma resposta a contradições históricas que transcendem o sujeito, funcionando como uma resolução imaginária por meio da qual as classes sociais processam os traumas da História.

outra operação crítica, o sistema de interpretação das escrituras sagradas da patrística medieval. O sistema quádruplo de análise¹¹ da escritura medieval reescreve a História (evento coletivo) como evento individual¹², sendo a processualidade dos eventos coletivos convertida ao âmbito individual, o que resulta em uma perda da totalidade.

Para Jameson, o sistema interpretativo mais influente e elaborado da contemporaneidade é a psicanálise, sendo a única hermenêutica considerada verdadeiramente inovadora desde o sistema patrístico medieval dos quatro níveis de escritura. Sobre a exegese medieval, é fundamental ressaltar a contribuição de Northrop Frye, que em *Anatomia da Crítica* (1957) propõe uma reapropriação desse modelo por meio de quatro fases: literal, formal, arquetípica e anagógica. Embora Frye seja um interlocutor central para Jameson, este identifica em sua obra uma estratégia de recontenção, elemento que será detalhado na segunda parte deste texto. Em linhas gerais, a transcodificação da psicanálise e de Frye integra um movimento de reescritura dessas operações críticas sob o horizonte do marxismo, no qual a História constitui o horizonte último de uma interpretação alegórica fundamental.

Responder o problema da representação histórica é possível apenas através da transcodificação das operações críticas, ou seja, de sua subsunção mediante um código mestre que restaure as dimensões coletivas e a unicidade da experiência humana. O texto ou objeto cultural não se apresenta como uma “coisa-em-si mesma”, mas por meio de camadas sedimentadas de interpretações prévias, de modo que até aquilo que se apresenta como novo é lido através dos hábitos e categorias herdadas da tradição interpretativa¹³.

11 O sistema hermenêutico medieval se estrutura, segundo Jameson em: literal (referente histórico ou textual), alegórico (chave alegórica ou código interpretativo), moral (leitura psicológica, sujeito individual), anagógico (leitura política, “significado” coletivo da História).

12 Para Jameson, a redução do coletivo ao individual no sistema medieval opera como uma reescritura ideológica: a herança histórica de uma coletividade (o nível literal/histórico do Velho Testamento) é suplementada e convertida em código para o uso individual. Nesse processo, o sentido anagógico, que em Jameson representa o horizonte político e o destino coletivo da História, é eclipsado pelo nível moral, que circunscreve o evento histórico à biografia psicológica e à ética do sujeito individual, tendo como paradigma a vida de Jesus Cristo.

13 A obra literária possui uma dimensão diacrônica que consiste em sua historicidade e nos modos de produção arcaicos que se manifestam de maneira conjunta ao presente. Da mesma maneira, o sincrônico surge como o texto fechado no registro do presente, Jameson tensiona ambos conceitos e evidencia suas relações por meio de um horizonte de interpretação histórico e de três horizontes de

Esse entrelaçamento de sedimentos e leituras anteriores, que Jameson denomina de metacomentário, é um elemento que desloca o foco do estudo do texto enquanto objeto isolado para as interpretações ou os códigos interpretativos, pelos quais ele pode ser abordado, sendo a interpretação um ato essencialmente alegórico e político, no qual o texto é reescrito à luz dos códigos interpretativos. Jameson propõe que a reescritura opere mediante um registro histórico mediado pelas camadas de sentido sedimentadas que funcionam como molduras interpretativas. Como veremos, Jameson organiza sua hermenêutica em três horizontes concêntricos: o político, o social e o histórico, ao manifestar seu inconsciente político¹⁴.

O lema que abre *O inconsciente político*, “historicizar! Historicizar sempre” (Jameson, 1992, p. 10), define que a tarefa da crítica é a historicização, sendo um imperativo absoluto e trans-histórico do pensamento dialético jamesoniano. Esse horizonte enfatiza a necessidade de uma análise capaz de situar a literatura em seu respectivo contexto social e ideológico, sem a reduzir a uma simples cópia do mundo. A “referencialidade” se estabelece por meio de uma série de codificações e ampliações semânticas. A historicização, nesse sentido, é inseparável da prática de reescritura dialética: as narrativas, enquanto formas que articulam as contradições de seu tempo, só podem ser compreendidas mediante um processo crítico que as reconfigura analiticamente. Interpretar um texto significa não apenas decifrar o que ele expressa, mas também recuperar o que permanece implícito ou submerso nas formas ideológicas da obra; não se trata de acrescentar ou inventar sentidos, mas de observar as contradições sociais estruturais expressas no ato socialmente simbólico, nos *ideologemas* e na *ideologia da forma*. É por meio desse movimento que a crítica marxista cumpre sua função: transformar

interpretação que retomam o sentido coletivo da História através do marxismo como código mestre.

14 O inconsciente político é a última instância da análise, sendo possível alcançá-lo mediante o revelar do subtexto histórico a partir de um processo de reescritura dialética. Apresentando o mecanismo de repressão da História em todos os níveis, não se trata de um conceito estático, mas da própria dinâmica de repressão e expressão simbólica da História/Luta de classes, que pode expressar, gerir ou silenciar a narrativa coletiva reprimida. A humanidade e sua respectiva unicidade para Jameson é compreendida mediante a História como: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (Marx; Engels, 2000, p. 40). Sendo o inconsciente político mecanismo de mediação que tenta silenciar a História (como causa ausente), e paradoxalmente a inscreve na estrutura narrativa como seu subtexto inelutável como aquilo que “fere” o Real.

a interpretação em ato histórico, capaz de revelar a dimensão política subjacente a toda textualidade, o próprio discurso e a narração histórica. Para isso, é necessário identificar seu subtexto, entendido como o registro ideológico que permite apreender seu respectivo conteúdo sócio-histórico.

Em síntese, a trajetória de Fredric Jameson entre *Marxismo e forma* e *O inconsciente político* pode ser caracterizada por meio de cinco eixos fundamentais: (i) a síntese crítica do marxismo ocidental; (ii) a transcodificação de outros códigos interpretativos mediante historicização; (iii) adoção da historicização e reescritura como princípio metodológico, possibilitando a leitura alegórica; (iv) a narrativa como ato socialmente simbólico; e (v) a formulação de um método dialético pautado na mediação de três horizontes de interpretação relacionados ao horizonte histórico. Esses elementos não esgotam o seu pensamento, mas servem como contribuição para localizar e observar sua respectiva contribuição para a crítica literária contemporânea mediante uma nítida perspectiva marxista, mas que transcodifica criticamente outras vertentes teóricas. Se a História não é um texto e não pode ser representada diretamente (como visto na crítica dos pós-estruturalistas), como podemos acessá-la?

A política da interpretação: mediação e os três horizontes de interpretação

O problema acerca da representação da História no pensamento jamesoniano e o estabelecimento de uma necessidade imperativa de historicização diante da fragmentariedade consolida *O inconsciente político* se refere à construção dos meios para sua execução. A reivindicação do marxismo como “horizonte intrascendível” não opera por um decreto, mas pela demonstração de sua capacidade de subsumir e transcodificar metodologias rivais. No entanto, para que essa transcodificação não recaia em um ecletismo superficial, Jameson precisa, primeiramente, redefinir o estatuto ontológico da própria História. É aqui que a apropriação da causalidade estrutural de Althusser se torna a pedra angular que permite a entrada no método propriamente dito.

No cerne da proposta hermenêutica jamesoniana, evidenciam-se as três teorias acerca da causalidade histórica althusseriana. Jameson mobiliza a distinção entre as três formas históricas da causalidade para fundamentar sua própria concepção de mediação,

operacionalizada tecnicamente como transcodificação, que não é uma homologia rígida ou teleológica. Em primeiro lugar, rejeita-se a causalidade mecânica (de matriz cartesiana), que concebe a História como sucessão transitiva de eventos, análoga ao choque de bolas de bilhar, em que uma causa externa produz um efeito isolado. Este modelo apresenta-se insuficiente para apreender a complexidade das relações sociais. Em segundo lugar, e de maneira decisiva para a crítica literária marxista tradicional, Jameson afasta-se da causalidade expressiva (de matriz leibniziana e hegeliana). Este modelo, frequentemente adotado pelo “materialismo vulgar” ou pelo “historicismo” genético, é regido por uma teleologia (*Telos*). Althusser rejeita o fechamento teleológico e a transparência imediata entre as partes (singulares) e o todo (universal), que se orientam mediante uma narrativa-mestra que concebe as diversas instâncias do social (arte, direito, político) como expressões fenomênicas de uma única essência interna ou “espírito” de época. A causalidade expressiva opera mediante homologias redutoras, nas quais a literatura é apenas o reflexo passivo da base econômica (infraestrutura).

Contraopondo-se a ambas, Jameson adota a causalidade estrutural. Inspirada na leitura que Althusser faz de Spinoza, esta concepção não compreende a estrutura como uma essência anterior ou exterior às suas partes, mas como causa imanente que não implica uma ausência ontológica. A estrutura não existe fora de seus efeitos, sendo acessível através da análise sintomal das contradições textuais. A estrutura está presente em toda parte, mas não pode ser isolada empiricamente, pois ela é uma causa ausente, não sendo um objeto que falte, mas o sistema de relações que só é visível mediante a distorção dos objetos. É a partir desse ponto que se insere a definição central acerca da História: não como narrativa linear ou texto disponível para leitura direta, apesar da possibilidade de textualização, mas como um limite inexorável o Real lacaniano surge como movimento interno tocando naquilo que fere ou dói e resiste à simbolização, acessível apenas por meio de distorções e contradições que surgem no texto literário. Nota-se também que o conceito de mediação apresentado por Jameson amplia a causalidade estrutural de Althusser por possibilitar relações entre as diversas instâncias ou horizontes da interpretação acerca do objeto cultural, no caso a literatura, sem qualquer redução a uma narrativa mestra.

A História funciona como horizonte último da interpretação, enquanto a categoria de causa ausente descreve a determinação estrutural que não aparece de maneira explícita na superfície dos objetos culturais. A totalidade é um princípio regulador, o conhecimento mediante o processo de totalização é provisório e adequado ao caráter movente e inesgotável do processo histórico reescrito por meio de um código interpretativo, o marxismo sendo um horizonte intransponível. Assim, nota-se que ele procura refundar a causalidade estrutural de Althusser. Não se trata de uma simples substituição da determinação econômica, mas de recontextualizá-la no horizonte abrangente da História. Para Jameson, o econômico não desaparece; ele persiste enquanto “reino da necessidade¹⁵” que impõe limites estruturais contínuos à experiência humana, não sendo uma determinação em última instância, mas uma definição do campo de possibilidades no qual o texto pode emergir. Portanto, a determinação em última instância se mantém, mas é compreendida não como esfera da qual as outras derivam, mas como o horizonte que impõe limites estruturais estritos às possibilidades de simbolização cultural.

Somente o marxismo pode nos oferecer um relato adequado do *mistério* essencial do passado cultural, que, como Tirésias bebendo sangue, volta momentaneamente à vida e pode mais uma vez falar, revelando sua mensagem há muito esquecida em ambientes que lhe são totalmente alheios. Esse mistério só pode ser restabelecido se a aventura humana for única... Essas questões, com relação a nós, só podem recuperar sua urgência original se forem recontadas dentro da unidade de uma única e grande história coletiva; apenas se, mesmo sob uma forma disfarçada e simbólica, forem vistas como algo que compartilha de um único tema fundamental - para o marxismo, a luta coletiva para se alcançar um reino de liberdade a partir de um reino da necessidade; apenas se forem apreendidas como episódios vitais de uma única trama vasta e incompleta (Jameson, 1992, p. 17).

15 O reino da necessidade persiste enquanto vivemos a pré-história da humanidade, sendo a vida social determinada pela escassez e pela contínua luta por sobrevivência.

A hipótese de um inconsciente político depende da unicidade da experiência humana, sendo a história uma substância que não será facilmente descrita: “a História é o que fere, o que recusa o desejo e impõe limites inexoráveis ao indivíduo e à práxis coletiva” (Jameson, 1992, p. 93). O texto literário nessas concepções, como foi referido, é identificado com a busca pelo Real de Jacques Lacan, segundo o qual “o real é aquilo que resiste absolutamente à simbolização” (Lacan, 1986, p. 82). O desejo pelo Real apresenta a simbolização de elementos não narrativos, no caso elementos oriundos do metanarrativo, sendo um drama de caráter subtextual. Avançando nessa perspectiva, Jameson transcodifica Lacan ao evocar esse mesmo princípio, utilizando-o para reposicionar os questionamentos acerca da História. Para Jameson, a História funciona como o Real lacaniano: é aquilo que escapa à apreensão completa e que impele a organização narrativa, seja no discurso historiográfico ou na narrativa ficcional¹⁶. A busca pelo Real, nesse sentido, converte-se na tentativa de apreensão do que escapa à experiência histórica, ao transformar a impossibilidade em forma narrativa. A interpretação não é teleológica nem definitiva; ela produz uma inteligibilidade de caráter provisório, sempre sujeita a revisões e tensões, e evidencia de modo simultâneo os limites da compreensão e o caráter aberto do pensamento diante de processos históricos marcados por contradições, rupturas, negações e possibilidades de superação.

A História, concebida como essa força estrutural irrepresentável, reposiciona a tarefa da crítica que deixa de ser a interpretação de um conteúdo manifesto para se tornar uma reconstrução arqueológica do subtexto reprimido. Como a causa ausente, ela não pode ser vista de maneira direta, Jameson propõe uma construção metodológica composta por três molduras concêntricas ou três horizontes de interpretação, que funcionam como dispositivos de mediação progressiva. Cada horizonte expande seu campo semântico e permite capturar ressonâncias políticas e ideológicas distintas, desde as contradições do ato simbólico individual até a vasta dinâmica dos modos de produção.

16 O acesso à História só é possível mediante o texto, ou seja, a tentativa de apreensão linguística dos eventos concretos que se movimentam. A História como causa ausente é um processo sem lugar ou sujeito que relacionada ao Real apresenta uma simbolização sedimentada acerca dos elementos reprimidos da História, sendo a reescritura o movimento de identificação da repressão, ou seja, do inconsciente político.

A fundamentação do conceito de ato simbólico em Jameson remete diretamente às análises de Claude Lévi-Strauss sobre a lógica da narrativa “primitiva” e as pinturas faciais dos povos Kadiwéu¹⁷. Jameson argumenta que tais produções culturais operam como tentativas de “resolver” contradições da organização social por meio de soluções puramente formais ou míticas. Nesse sentido, o objeto cultural possui um inconsciente político, manifestado pelo investimento libidinal que busca solucionar, no plano imaginário, impasses históricos concretos.

O primeiro horizonte semântico define-se, portanto, como este ato simbólico, uma *parole* ou enunciado individual que, embora jamais alcance plenamente o Real, persegue-o incessantemente através da reescritura das contradições sociais. O texto literário, neste nível, atua como uma mediação que busca harmonizar os problemas do âmbito político imediato, transpondo desejos ideológicos para a jornada de personagens, o enredo ou através da figura do “herói”, convertendo a contradição histórica em uma estrutura narrativa resolvível. A reação ou tentativa de resolução só é possível via uma construção imaginária, sendo necessário um subtexto “referente” às antinomias do campo extratextual que expressa seus respectivos sintomas.

[...] Todo o paradoxo daquilo que aqui chamamos de subtexto pode ser assim sumariado: a obra literária ou objeto cultural, como se fosse pela primeira vez, provoca aquela situação a que também é, ao mesmo tempo, uma reação. Ele articula sua própria situação e a textualiza, assim incentivando e perpetuando a ilusão de que a própria situação não existia antes dele, de que nada existe além de um texto, de que nunca houve qualquer realidade extratextual ou contextual antes de o próprio texto gerá-la sob a forma de miragem (Jameson, 1992, p. 74-5).

O subtexto, conforme proposto por Jameson, é a articulação da própria situação textualizada; ele corrobora a ilusão de que tal situação não preexistia ao texto, como se nada houvesse para além dele. Nesse processo, a realidade extratextual ou contextual só

17 Embora Jameson utilize a grafia Caduveo, seguindo as traduções de Lévi-Strauss, optamos neste artigo pelo etnônimo Kadiwéu, corrente na antropologia brasileira.

passa a existir a partir da construção formal daquilo que o autor denomina como “miragem”. Trata-se de dar forma ao mundo e construir uma realidade que incorpora o Real por meio da linguagem, suscitando uma impressão de realidade que transcende a própria concretude. Embora a causa ausente e o Real não sejam textuais, dado que o Real não é uma narrativa representacional, a História, enquanto aquilo que nos escapa, só pode ser acessada via re-textualização. Contudo, negar a existência do “referente” do ato simbólico seria recair na ideologia estruturalista, assim como entender o subtexto como um reflexo passivo ou fantasmagórico seria reduzi-lo ao “materialismo vulgar”.

Para mapear as antinomias e contradições que essa elaboração do subtexto histórico tenta resolver no plano político individual (o primeiro horizonte interpretativo), Jameson transcodifica o quadrado semiótico de A. J. Greimas. Todavia, ocorrem pontos de tensão irresolúveis no texto: pontos em que a ideologia e a maquinaria libidinal, na busca por resolução, deparam-se com antinomias que revelam o fechamento ideológico da obra. Ao historicizar signos autorreferentes, o autor situa seus significados em mediações sociais contraditórias que configuram a experiência histórica. Logo, os “pontos nodais” surgem associados ao âmbito ideológico e às antinomias inerentes ao processo histórico, operando o fechamento ideológico do texto e revelando seu inconsciente político, ainda que este represente apenas o primeiro nível da interpretação.

[...] Contudo, onde a contradição do horizonte anterior era unívoca e limitada à situação do texto individual, no lugar de uma resolução simbólica puramente individual, a contradição aparece aqui, sob forma dialógica, como as irreconciliáveis exigências e posições das classes antagônicas. Portanto, aqui, mais uma vez, a exigência para se prolongar a interpretação até o ponto em que essa contradição máxima começa a surgir oferece um critério para se avaliar a inteireza ou insuficiência da análise (Jameson, 1992, p. 77).

No segundo horizonte, a análise desloca-se para a esfera social, na qual a obra é lida como um espaço de luta de classes marcado por práticas coletivas e antinomias. É neste nível que se situa o ideologema, definido por Jameson como a “menor unidade

inteligível dos discursos coletivos essencialmente antagônicos” (Jameson, 1992, p. 69). O ideologema opera como uma mediação fundamental entre o texto e o subtexto histórico, permitindo que a obra revele as contradições estruturais inscritas em sua forma, ainda que de maneira involuntária. Ao incorporar o dialogismo de Mikhail Bakhtin, Jameson amplia a semântica do texto: o que era visto como *parole* (o enunciado individual do primeiro horizonte) passa a ser compreendido como *langue* (o discurso de uma classe). Assim, o texto literário torna-se um palco de discursos conflitantes, evidenciando traços da repressão histórica ao dar visibilidade a narrativas hegemônicas e contra-hegemônicas que disputam a hegemonia no plano social.

Contudo, é precisamente a noção de uma série de horizontes teóricos ampliadores aqui proposta que pode atribuir a essas perturbadoras molduras sincrônicas seus devidos lugares analíticos e ditar seu uso adequado. Esta noção projeta uma longa visão da História que não se harmoniza com a ação política concreta e com a luta de classes apenas se sua especificidade de horizontes não for respeitada; assim, mesmo que o conceito de um modo de produção deva ser considerado sincrônico (e logo veremos que as coisas são um pouco mais complicadas), ao nível da abstração histórica em que esse conceito deve ser adequadamente usado, a lição da visão de um sistema total é, a curto prazo, um dos limites estruturais impostos à práxis, e não a impossibilidade desta (Jameson, 1992, p. 83).

O terceiro e último horizonte da análise jamesoniana é o Histórico, compreendido como o modo de produção em sua totalidade. Neste nível, Jameson opera uma síntese entre o estruturalismo (que privilegia o registro sincrônico) e a necessidade da diacronia (que possui a historicidade). Ao absorver as críticas de Althusser ao “historicismo”, que via a história como uma sucessão linear de fatos regidos por um código ideológico homogêneo, Jameson adota o modelo sincrônico, mas o expande. Para o autor, a História não é acessada por uma cronologia simples, mas por um corte transversal na estrutura social presente. Esse corte revela que o registro sincrônico é, na verdade, um campo de batalha de temporalidades distintas, no qual coexistem resquícios de modos de produção

arcaicos e sementes de futuros possíveis. Portanto, o objeto cultural é tratado como uma expressão metassincrônica¹⁸: ele contém em sua forma os traços de múltiplos modos de produção. A história, como totalidade, manifesta-se nessas contradições e atravessamentos temporais, permitindo que o inconsciente político da obra revele não apenas uma situação pontual, mas o próprio movimento das estruturas sociais.

[...] Assim, o Iluminismo ocidental pode ser visto como parte de uma revolução cultural propriamente burguesa, em que os valores e os discursos, os hábitos e o espaço diário do *Ancien Régime* foram sistematicamente desmantelados para que, em seu lugar, fosse estabelecido o conjunto de novos conceitos, novos hábitos e novas formas de vida, bem como sistemas de valor de uma sociedade de mercado capitalista (Jameson, 1992, p. 87).

No terceiro horizonte jamesoniano, o modo de produção é compreendido como uma totalidade metassincrônica. Para o autor, a história não se organiza em blocos homogêneos, mas através do conceito de revolução cultural: um processo contínuo em que costumes, discursos e valores como os do *Ancien Régime* no Iluminismo são sistematicamente desmantelados para dar lugar à lógica do mercado capitalista. Essa revolução não se restringe a “períodos de transição” curtos; ela é a dinâmica própria de qualquer formação social em que coexistem múltiplos sistemas sincrônicos em disputa por dominância. Assim, a análise do texto literário atinge o nível da ideologia da forma. Aqui, a obra é vista como um processo artístico que abriga mensagens de sistemas de signos diversos e contraditórios, herdados de diferentes momentos históricos. A “contradição determinante” reside no modo como a forma literária tenta reconciliar esses traços e aspectos da consciência social, muitas vezes em conflito, sob uma nova estrutura narrativa. Nesse horizonte, a autonomia dos níveis anteriores é reestruturada: o texto não é apenas um ato simbólico ou um encontro de classes, mas o registro vivo da transformação de toda uma cultura.

18 No corte sincrônico do presente existem outras temporalidades dos modos de produção, seja do passado ou das possibilidades futuras, que coexistem, Jameson dialoga com o conceito de “desenvolvimento não-sincrônico” de Ernst Bloch, desenvolvido em: Bloch E. **Erbschaft dieser Zeit**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1962 (Werkausgabe, Bd. 4).

O papel da crítica literária ou interpretação define-se pela necessidade de recuperar “a realidade reprimida”. Isso não significa recorrer somente a uma leitura historiográfica do período em que o autor estava inserido; trata-se, antes, de compreender as limitações e construções ideológicas que moldam a forma da obra. A interpretação, portanto, não se limita a revelar sentidos ocultos: ela relaciona as textualidades às condições sociais e históricas de sua produção, sendo uma explicitação das contradições que atravessam a obra. Esses elementos, porém, só ganham sentido mediante uma leitura que reescreve historicamente a obra literária, observando aquilo que ela própria evoca, pois não se trata de impor uma teoria sobre o material literário, mas de explicitar seu caráter político. Para que o processo de historicização se realize, são necessários horizontes interpretativos, uma vez que as textualidades se expandem semanticamente e evocam elementos de complexidade crescente, não em uma escala hierárquica, mas por uma abertura contínua da simbolização social. Os horizontes esboçados anteriormente constituem, assim, a moldura proposta por Jameson para esse processo que deve ser lida via um código alegórico. Reiteramos que toda interpretação é um ato alegórico que funciona mediante um código mestre. O marxismo, para Fredric Jameson, apresenta-se como código mestre ou alegórico superior devido à sua autoconsciência acerca do processo histórico, o que possibilita a historicização dialética das outras operações críticas e deu seus respectivos códigos mestres ou chave alegórica.

É precisamente essa capacidade de transcodificação que permite a Jameson reabsorver as contribuições de Northrop Frye. Ao investigar a obra de Frye, Jameson identifica uma busca pelo sentido coletivo da história, embora observe nela uma estratégia de recontenção ideológica em seu estágio final. Para Frye, o nível anagógico representa a libertação do desejo humano em um “cosmos verbal” autônomo, no qual a literatura expressaria apenas o mito universal de uma humanidade reconciliada. Jameson, contudo, politiza radicalmente esse conceito ao promover uma inversão materialista da anagogia: o horizonte último da interpretação deixa de ser o corpo místico ou o mito a-histórico para tornar-se a História da luta de classes. Nessa nova perspectiva, o nível anagógico permite

que o texto individual seja lido como um episódio da aventura humana¹⁹, marcada não pela harmonia mítica, mas pela luta contra as determinações em busca do reino da liberdade. Assim, Jameson resgata a potência totalizante de Frye, mas a reorienta para o “horizonte intrascendível” do marxismo.

Para Jameson, as narrativas são permanentemente atualizadas pelo movimento da História, a qual nunca se apresenta como uma totalidade acabada. Concebida como causa ausente, em oposição à aparência factual e empírica, a História no pensamento jamesoniano não se reduz a um acúmulo de dados inertes. Enquanto os dados empíricos descrevem o estado de coisas estático e existente, a causa ausente engloba o movimento dialético que articula o Real ao possível, incluindo as aberturas históricas reprimidas e as potencialidades não realizadas. A tarefa da crítica alegórica é, portanto, romper com a aparência estática do discurso sincrônico para acessar, via reescritura, a diacronia do processo histórico, revelando as forças dinâmicas e contraditórias que geram a obra. Em última análise, concebe-se o inconsciente político como mecanismo interno às narrativas, a História como objeto e processo, e a alegoria como o método de reescritura que, através de seu caráter metassincrônico, torna visíveis as tensões entre o texto e a realidade social.

Considerações finais: A dialética da utopia e da ideologia

Embora a análise tenha enfatizado a função desmistificadora da crítica e o desvelamento das estratégias de contenção, a compreensão integral do pensamento jamesoniano exige o resgate da dimensão utópica. Jameson argumenta que uma crítica ou

19 Jameson realiza uma síntese paradoxal, ao mesmo tempo que mobiliza o método sincrônico de Althusser, onde a História não tem sujeito nem lugar, resgata a diacronia hegeliana. As críticas ao sujeito humanista são aceitas, mas a categoria de totalidade não é abandonada, sendo a História o último horizonte de sentido.

hermenêutica negativa, que se limita a denunciar a “falsa consciência”²⁰ ou o viés de classe que reprime a História, permanece prisioneira da lógica que pretende combater.

Esta insistência no caráter simultaneamente ideológico e utópico do fenômeno nacional tampouco é uma simples questão teórica. Pelo contrário, fica cada vez mais claro no dia de hoje (se é que já esteve antes em dúvida) que uma Esquerda que não consegue apreender o imenso apelo utópico do nacionalismo (da mesma forma que não pode apreender o da religião ou do fascismo) não será capaz de reapropriar-se dessas energias coletivas e deve, efetivamente, condenar-se à impotência política (Jameson, 1992, p. 307).

Portanto, a tarefa da hermenêutica marxista é dupla e simultânea. Ela deve exercer uma hermenêutica negativa, analisando o texto como instrumento de reprodução da dominação, mediante as contínuas estratégias de contenção, mas também deve exercer uma hermenêutica positiva, decifrando o núcleo utópico que sobrevive no texto, a prefiguração, ainda que distorcida, de uma vida além da necessidade e da alienação, recuperando a univocidade da aventura humana para que se possa pensar no reino da liberdade. Jameson apresenta um singular diálogo entre a utopia de Ernst Bloch por meio de uma reinterpretação da sociologia da religião de Durkheim²¹. Ele propõe que toda ideologia de classe, mesmo a mais reacionária só consegue exercer sua hegemonia porque se apropria de um impulso utópico fundamental: a esperança de coletividade e a visão de uma unidade social harmoniosa, mesmo que isso apareça diante de um discurso que

20 O debate acerca da ideologia como “falsa consciência” é vasto. Fredric Jameson tem uma posição semelhante à Escola de Frankfurt, porém mobiliza Ernst Bloch como contraponto, sendo o princípio utópico uma dimensão positiva reconfigurada pela negatividade do imperativo da dominação. Porém, no segundo volume da obra: *Para ontologia do ser social*, de György Lukács, observamos que a ideologia não é uma “falsa consciência”, mas um pôr do fim, ou seja, uma ação teleológica do ser social, não se trata de uma teleologia da História, mas de ressaltar que os sujeitos agem mediante fins apreendidos e estabelecidos diante do mundo. Talvez, a dimensão utópica possa ser relacionada a finalidade ativa, porém deveria perpassar um campo de obscurecimento ideológico anterior, trata-se apenas de uma hipótese. Para consultar a perspectiva de Lukács acerca do complexo ideológico ver: Lukács, G. **Para uma ontologia do ser social**: vol. 2. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

21 Para Jameson as religiões e as ideologias apresentam a consciência que a humanidade tem de sua própria unidade.

segrega ou restringe indivíduos. O fascismo, por exemplo, manipula o desejo real da comunidade distorcendo-o em um nacionalismo excludente.

[...] Todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo triunfal, como de praxe. Eles são chamados de bens culturais. O materialismo histórico os observa com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, mas também à servidão anônima dos seus contemporâneos (Benjamin, 2012, p. 244-5).

Ao retornar à tese VII de Walter Benjamin retomam-se os elementos do “horror” que constitui os monumentos, cânones e o estabelecimento da cultura que opera como instrumento da barbárie que evoca a dominação e os aspectos negativos do ideológico. Porém, é necessário ressaltar que existem dimensões de um apelo coletivo, sendo uma construção utópica que busca uma unidade através do *slogan* de um partido, grupo ou religião pertencente a classe dominante. As contribuições de Benjamin reposicionam o inconsciente político através do poder inquebrável da ideologia, mas cabe ao marxismo o resgate tanto desses pressupostos desmistificados quanto de suas inerentes dimensões utópicas. Logo, a tarefa da crítica é o resgate do “texto” histórico que atravessa e constitui toda a produção cultural, as contribuições de Jameson extrapolam as discussões da crítica literária ou do objeto cultural, mas produzem grandes contribuições para pensar a crítica literária dialética.

Ao reservar uma “cadeira vazia” para o futuro, além dos realismos e modernismos, Jameson impede que o marxismo se torne um “historicismo” fechado ou um determinismo sombrio. A crítica dialética, ao reescrever as narrativas do passado, não apenas revela as cicatrizes da luta de classes e das determinações que atravessam o ser social, mas liberta os fragmentos do futuro que a História oficial não reprimiu. O marxismo como “horizonte intrascendível” suscita problemas e críticas ao subsumir os códigos de interpretação

mediante um código mestre que é igualmente político e ideológico. Para Jameson o marxismo é única teoria capaz de honrar essa dupla injunção: a fidelidade ao sofrimento histórico do passado e a manutenção da abertura radical para utopia futura.

[...] O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem tem de lutar com a Natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas, que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas este sempre continua a ser um reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental (Marx, 1986, p. 273).

A arte e a literatura funcionam como ensaios para o reino da liberdade. Nota-se que tais produções emergem sob o peso do reino da necessidade; contudo, o desejo contínuo atrelado à narrativização e às diversas formas de “resolver” o mundo evoca elementos que transcendem o mero fechamento ideológico. O plano das antinomias ganha vivacidade não como simples reflexo das condições materiais, mas como abertura para pensar a aventura humana em sua totalidade histórica — um percurso atravessado pela longa pré-história que perdura até os dias de hoje, na qual o ser social se volta contra seus

pares em prol de sistemas que o converteram em mercadoria. A hermenêutica marxista de Fredric Jameson nos convida, enfim, não apenas a pensar como representar a História, mas a assumir os rumos da própria experiência humana.

Referências:

Ahamd, A. **In theory**: classes, nations, literatures. Londres: Verso, 1992.

Althusser L. **Ler o capital**: vol. I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Althusser, L. **Ler o capital**: vol. II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

Anderson, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**: nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

Benjamin, W. **Obras escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

Bloch, E. **Erbschaft dieser Zeit**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1962 (Werkausgabe, Bd. 4).

Burke, K. **The philosophy of literary form**: studies in symbolic action. 3. ed. rev. Berkeley: University of California Press, 1973.

Crews, F. **Skeptical engagements**. New York: Oxford University Press, 1986.

Culler, J. **The pursuit of signs**: semiotics, literature, deconstruction. London: Routledge, 2001.

Deleuze, G.; Guattari, F. **O anti-édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Editora 34, 2010.

Frye, N. **Anatomia da crítica**. São Paulo: É Realizações, 2014.

Greimas, A. J. **Sobre o sentido**: ensaios semióticos. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

Greimas, A. J. **Sobre o sentido**: ensaios semióticos II. São Paulo: Editora Edusp; Nankin Editorial, 2014.

Jameson, F. **Marxismo e forma**: teorias dialéticas da literatura no século XX. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

Jameson, F. **O inconsciente político**: a narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992.

Jameson, F. **Reflections in conclusion**. In: Aesthetics and politics. Londres: Verso Books, 1980.

Jameson, F. **The prison-house of language**: acritical account of structuralism and Russian formalism. Princeton: Princeton University Press, 1974.

Jameson, F. **Marxism and historicism**. New Literary History, v. 11, n. 1, p. 41-73, 1979.

Jameson, F. **Valences of the dialectic**. New York: Verso, 2009.

Lacan, J. **O seminário**. Livro 1 os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

Lévi-Strauss, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus Editora, 2008.

Lukács, G. **História e consciência de classes**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

Lukács, G. **Para uma ontologia do ser social**: vol. II. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

Marx, K. **O capital**: crítica da economia política: livro terceiro: o processo global da produção capitalista. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 3, t. 2. (Os Economistas).

Marx, K.; Engels, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

Scholes, R. **Textual power**: literary theory and the teaching of English. New Haven: Yale University Press, 1985.

Douglas Eduardo Correa Fernandes é graduado em Filosofia pela Unifesp (2024), onde atuou como bolsista no programa de residência pedagógica pela CAPES-Unifesp (2022-2024). É membro do corpo editorial do periódico Anuário Lukács. Atualmente cursa Mestrado em Letras na Unifesp (2025) e desenvolve a pesquisa *Do amor pela realidade ao amor pela forma: o realismo em Honoré de Balzac*. Áreas de pesquisa e interesse: Estética, Estudos Literários, Romantismo Francês, Romance Histórico.

Artigo recebido em 28 de janeiro de 2026 e aceito em 4 de março de 2026.